



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada ERIKA KOKAY – PT/DF

COMISSÃO DE TRABALHO
REQUERIMENTO Nº DE 2025
(Da Sra. Erika Kokay)

Apresentação: 09/05/2025 12:29:46.703 - CTRAB

REQ n.41/2025

Requer a realização de audiência pública para discutir a “Terceirização Fraudulenta no Ramo Financeiro”, com ênfase no “Caso Santander”.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento nos arts 255 e 256 do Regimento Internos da Câmara dos deputados, a realização de audiência pública para discutir a “Terceirização Fraudulenta no Ramo Financeiro”, em especial o “Caso Santander” Para a referida audiência Pública, propomos a participação dos (as) seguintes convidados (as):

1. Sra. Juvandia Moreira - Presidenta da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro da CUT - Contraf-CUT;
2. Sra. Neiva Ribeiro - Presidenta do Sindicato dos Bancários de São Paulo – SEEB/SP;
3. Sr. Eduardo Araújo - Presidente do Sindicato dos Bancários de Brasília - SEEB Brasília;
4. Sra. Wanessa Queiros - Coordenadora da Comissão de Organização dos Empregados do Santander - COE Santander;
5. Sr. Juberlei Baceiros - Presidente da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Instituições Financeiras (FETRAFI-RS);
6. Sra. Andreia Sabino - Presidenta da Federação dos Bancários dos Estados da Bahia e Sergipe - FEED BA/SE;
7. Sr. Márcio Monzane - Secretário-Regional da UNI Américas;
8. Representante do Banco Santander.





JUSTIFICATIVA

A terceirização irregular no setor bancário tem sido uma prática recorrente que compromete direitos fundamentais dos trabalhadores, resultando em precarização das condições laborais, redução de salários, falta de estabilidade e a fragilização das relações de trabalho. Essa dinâmica, além de impactar diretamente a vida dos (as) empregados (as), também reflete na qualidade dos serviços prestados aos clientes e na segurança do sistema financeiro nacional.

O Banco Santander tem sido alvo de diversas denúncias e ações judiciais que apontam a utilização indevida da terceirização para atividades que são essenciais e permanentes, em flagrante desrespeito à legislação trabalhista e ao entendimento consolidado pela Justiça do Trabalho. Casos como esse demonstram a necessidade urgente de um amplo debate que envolva representantes dos (as) trabalhadores (as), do setor financeiro, do Ministério Público do Trabalho e da sociedade civil, com o objetivo de discutir as consequências da terceirização fraudulenta no setor financeiro, seus impactos na vida dos (as) trabalhadores (as) e as medidas necessárias para coibir tais práticas. Além disso, busca-se fortalecer a fiscalização e a atuação legislativa em defesa dos direitos dos (as) bancários (as) e da regulação adequada do mercado de trabalho no setor.

Dito isso, pedimos apoio dos (as) nobres pares para aprovação deste requerimento.

Sala da Comissão, de de 2025

Deputada ERIKA KOKAY – PT/DF

